

INCLUSÃO ESCOLAR EM MEIO À EXCLUSÃO DIGITAL

Jamile Timoteo da Silva Pinto¹
Greiciane Simões Souza²
Vitória Silva do Monte³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo trazer conhecimentos sobre inclusão escolar nesse período de educação remota em que estamos vivendo e a exclusão digital que acomete grande parte da população, direciona-se a diversos caminhos que foram essenciais para a elaboração desse material. Para isso foram utilizados da concepção de inclusão escolar com o aporte da lei previsto na Constituição Federal de 1988; Camacho (2003) fala da importância de estabelecer um tipo de escola capaz de adaptar-se, acolher e cultivar as diferenças; Baptista (2006) fala em propor a inclusão escolar no sentido de promover a educação dos alunos em geral; Moran (2000) afirma que ainda é a escola a organizadora e certificadora principal do processo de ensino-aprendizagem; Silva (2018) ressalta as dificuldades enfrentadas pela sociedade por não possuir condições de acesso a equipamentos e conectividade; Lévy (1999) e o ciberespaço como mediador essencial da inteligência coletiva da humanidade. O presente artigo tem como principal objetivo mostrar as dificuldades enfrentadas por alunos e professores frente a inclusão escolar e exclusão digital, bem como o papel das redes de ensino mediante a esse processo. Alguns fatos apontam que são diversos os desafios enfrentados pela escola e por todos os que fazem parte dessa construção de conhecimento, em incluir a tecnologia no âmbito educacional. Dessa forma, entendemos que infelizmente nem todos possuem estrutura necessária para fazer parte desse meio virtual, principalmente os alunos deficientes e mostra que nunca foi tão imprescindível essa aliança educação/tecnologia, pois é percebido que é uma realidade, tendo em vista a constante evolução em ambos os âmbitos.

Palavras-chave: Educação; Tecnologia; Inclusão escolar; Exclusão digital.

ABSTRACT

This work aims to bring knowledge about school inclusion in this period of remote education in which we are living and the digital exclusion that affects a large part of the population, is directed to several paths that were essential for the elaboration of this material. For this, the concept of school inclusion was used with the contribution of the law provided for in the Federal Constitution of 1988; Camacho (2003) talks about the importance of establishing a type of school capable of adapting, welcoming and cultivating differences; Baptista (2006) talks about proposing school inclusion in order to promote the education of students in general; Moran (2000) states that the school is still the main organizer and certifier of the teaching-learning process; Silva (2018) highlights the difficulties faced by society because it does not have conditions for access to equipment and connectivity; Lévy (1999) and cyberspace as an essential mediator of humanity's collective intelligence; This article aims to show the

¹ Graduanda em Letras pela Faculdade Integrada Ages de Senhor do Bonfim. E-mail: jamile.mylie@hotmail.com.

² Graduanda em Letras pela Faculdade Integrada Ages de Senhor do Bonfim. E-mail: gsimoes310@gmail.com

³ Graduanda em Letras pela Faculdade Integrada Ages de Senhor do Bonfim. E-mail: vtoriasilvamonte@hotmail.com.

difficulties faced by students and teachers in the face of school inclusion and digital exclusion, as well as the role of educational networks through this process. Some facts point out that there are several challenges faced by the school and by all who are part of this construction of knowledge, in including technology in the educational sphere. Thus, we understand that unfortunately not all have the necessary structure to be part of this virtual environment, especially disabled students and shows that this education/technology alliance has never been more indispensable, because it is perceived that it is a reality, in view of the constant evolution in both areas.

Key-words: Education; Technology; School inclusion; Digital exclusion.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa mostrar a importância e o papel da inclusão escolar trilhando um caminho pelos seus aspectos e os desafios que se encontram na contemporaneidade, identificar se é possível essa inclusão escolar acontecer num momento pandêmico em que se encontra o mundo atualmente e até que ponto a exclusão digital dificulta a inclusão deixando o que era difícil antes, quase impossível no momento.

Através deste trabalho, percebemos que existe a necessidade de que todos os indivíduos façam parte desse processo de inclusão digital, envolvendo principalmente, aquelas pessoas que não possuem acesso às tecnologias e informações. Um dos objetivos da inclusão social, é promover oportunidades aos cidadãos excluídos, melhor qualidade de vida.

De acordo com essas informações alguns autores trazem a importância desses fatos e discutem meios que se tornam fundamentais para que a inclusão escolar e digital aconteça como uma forma de conceber melhoria a população com respeito ao fortalecimento e desenvolvimento, tanto local como global.

Vivemos em uma sociedade baseada em comunicação, onde a todo momento as informações estão presentes em nosso ambiente. Por isso, existem algumas indagações de como um indivíduo que convive em uma determinada localidade, pode estar sendo excluído digitalmente. Acrescido a essas concepções é que trazemos qual o conceito de inclusão e exclusão, perpassando sobre a inclusão escolar e de como a tecnologia é importante para a construção e formação de um cidadão.

Partindo da premissa da grande visibilidade que ocorre atualmente quanto ao uso dos meios tecnológicos e internet, pois essa está sendo, muitas vezes, a única saída para que algumas atividades não parem por completo, devido à necessidade do distanciamento social exigida atualmente. E a educação não está isenta a essa nova realidade, porém o ensino público regular brasileiro enfrenta dificuldades em manter os alunos nas escolas e/ou conectados a escola, piorando ainda mais a inclusão escolar.

Logo, serão discutidas acerca da concepção de inclusão escolar com o aporte da lei previsto na Constituição Federal de 1988; Camacho (2003) fala da importância de estabelecer um tipo de escola capaz de adaptar-se, acolher e cultivar as diferenças; Baptista (2006) fala em propor a inclusão escolar no sentido de promover a educação dos alunos em geral; Moran (2000) afirma que ainda é a escola a organizadora e certificadora principal do processo de ensino-aprendizagem; Silva (2018) ressalta as dificuldades enfrentadas pela sociedade por não possuir condições de acesso a equipamentos e conectividade; Lévy (1999) e o ciberespaço como mediador essencial da inteligência coletiva da humanidade.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Fundamentação Teórica

Importância da inclusão escolar

Atualmente, os debates sobre inclusão tornam-se mais frequentes em nossa sociedade. Logo, é necessário compreendermos a importância dessas discussões sobre escolas inclusivas para o auxílio na construção e formação de alunos, em especial aqueles estudantes que são deficientes.

É notório que a educação exclusiva ainda se faz muito presente nos dias de hoje, muitas pessoas com deficiência encontram-se distante da educação regular, não só alunos com algum tipo de deficiência, mas também vários grupos minoritários não recebem atendimentos que tem direito a um meio educacional comum.

Segundo as legislações vigentes em concordância do art. 3º, inciso IV, a Declaração de Salamanca, conhecido como um dos documentos principais mundialmente com o objetivo de inclusão social, explica:

[...] todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Deveriam incluir todas as crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou população nômade, crianças pertencentes a minoria linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizados. As escolas têm que encontrar a maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves.

Portanto, a escola como espaço social possui um papel fundamental no que diz respeito à organização, estrutura, levando em consideração a formação de todos os profissionais que fazem parte da equipe escolar, especialmente nas práticas pedagógicas para que possam incluir todos os estudantes.

Quando tais garantias legais são postas a prova no cotidiano da comunidade, da escola e do aluno, percebemos que o direito que garante o acesso escolar não é o mesmo que garante o ensino de qualidade, ou ainda que a “escola para todos” não é a “escola de todos”. As desigualdades sociais e econômicas vividas pela população promovem essa diferença que a proposta da inclusão tenta reduzir ao estabelecer que os governos devem priorizar uma educação de qualidade, que promova o desenvolvimento pleno de seus educandos. (FACION, 2012, p. 53).

Tanto a escola como os professores devem possuir estratégias de ensino, com o objetivo de melhorar as possibilidades de aprendizagem de cada discente. Diante disso, a inclusão escolar vem buscando mudar e transformar as redes de ensino, tornando esse espaço em um ambiente adequado e de qualidade para todos. Segundo Camacho (2003, p.9) essas mudanças têm como propósito:

Estabelecer um tipo de escola capaz de adaptar-se, acolher e cultivar as diferenças como um elemento de valor positivo, e a abertura de um espaço pluralista e multicultural, no qual se mesclam as cores, os gêneros, as capacidades, permitindo assim o acesso a uma escola, uma educação, na qual todos, sem exclusão, encontrem uma resposta educativa de acordo com as suas necessidades e características peculiares.

Segundo Facion (2012), as metas previstas em uma política inclusiva pretendem conquistar uma sociedade igualitária e uma escola mais democrática. Porém, no momento, estas metas estão bem distantes, pois a realidade em que se encontra o ensino atualmente é uma carência de recursos tanto materiais quanto humanos, já que existem professores desmotivados por inúmeras causas, uma formação inadequada, condições de trabalho não tão boas, salários baixos, dentre outros, ainda conta com o número crescente da evasão escolar ainda nos anos iniciais.

A nossa educação é fundamentada na ideia de que todos são iguais, e um dos desafios do ensino inclusivo constitui em romper com o preconceito e o desrespeito. Infelizmente, algumas escolas ainda não possuem estruturas para que nossos alunos desenvolvam suas habilidades.

Por isso, é preciso repensar e questionar essa postura e de que forma a escola está orientando na formação dessas crianças, visando no ensino que todos precisam ter que é uma educação onde todas as diferenças são respeitadas. Levando em consideração essas informações, Baptista (2006 p. 9) diz que:

A educação desse movimento mostra uma tendência que mantém e atualiza princípios norteadores de uma educação “ampla”, propondo a inclusão escolar, cujos pontos fundamentais seriam uma ampliação dos sujeitos inseridos em contextos comuns de ensino e a necessária transformação da escola e das alternativas educacionais, no sentido de promover a educação dos alunos em geral.

A educação inclusiva preza pelos direitos humanos. Por isso, não se pode excluir a nenhum educando independente de sua dificuldade de aprendizagem, gênero ou classe social. A sociedade precisa reivindicar por uma educação que atenda de maneira eficiente todos os alunos. É importante que a comunidade participe de forma efetiva nas atividades da escola, para que se construa uma educação melhor e inclusiva.

Frente a essa realidade é importante lembrar que através das escolas, será possível percorrer caminhos que torne nossa sociedade mais justa e distante de preconceitos. Sendo

assim é impossível que exista um bom desenvolvimento educacional, se não houver respeito às diferenças.

A filosofia da inclusão defende uma educação eficaz para todos, sustentada em que as escolas, enquanto comunidades educativas devem satisfazer as necessidades de todos os alunos, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas ou sociais (com independência de ter ou não deficiência). (SÁNCHEZ 2005, p.11)

A educação inclusiva é um direito garantido por lei presente na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1996), no PNE (Plano Nacional de Educação, 2001) e nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001). Segundo Facion (2012), essa legislação determina que o acolhimento aos discentes com imperativos educativos característicos deve ser oferecido pela rede pública no ensino regular. Ainda ressaltando a obrigação de a escola dar o apoio indispensável, com a probabilidade de criação de classes especiais e atendimento em escolas regulares e especiais, públicas ou privadas. Sobre isso, é possível afirmar ainda que:

Nesse sentido, torna-se pertinente investigarmos como tem sido o processo de escolarização do aluno com necessidade especial no que se refere ao acesso ao ensino regular, à permanência na escola, bem como à natureza dos serviços educacionais oferecidos [...]. (FACION, 2012, p.55).

Como está na lei é dever da escola dar o apoio necessário na inclusão de alunos com deficiência, deveria estar dando não somente o suporte, mas sim uma adaptação a esses suportes para que haja o aprendizado desses educandos. Este é o papel das Políticas Públicas, fazer valer os direitos dos cidadãos quanto ao processo de educação inclusiva das minorias sociais. Presente na Constituição Federal está a forma de como pode ser feito:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988).

Exclusão digital

É relevante que esses grupos minoritários da zona rural que tem difícil acesso à educação, inclusive ao acesso digital obtenham essa valorização do aprendizado através das mídias digitais, pois na maioria das vezes devido à falta de tecnologia em casa, ainda mais nesses últimos tempos que estamos vivendo em meio à pandemia, muitos discentes se sentem desmotivados e com pouca interatividade.

Na atualidade percebe-se que a tecnologia vem crescendo muito, trazendo inovações e modificações em todos os meios cultural, social e econômico, evidenciou-se ainda mais com a chegada da pandemia, pois forçou a população a se adaptar e fazer maior uso dos meios tecnológicos e de internet. Contudo, no meio educacional, em que a escola ainda é a principal

mediadora do ensino, tornou-se um motivo de exclusão digital/social por não ser possível o acesso à rede e tecnologias para todos. Nesse sentido afirma Moran

Hoje com a internet e a fantástica evolução tecnológica, podemos aprender de muitas formas, em lugares diferentes, de formas diferentes. A sociedade como um todo é um espaço privilegiado de aprendizagem. Mas ainda é a escola a organizadora e certificadora principal do processo de ensino-aprendizagem. (MORAN, 2000, p.1).

A escola por sua vez tem papel fundamental de acolher aqueles alunos que tem difícil acesso à tecnologia, trazendo maneiras pela qual o aluno se aprimore em seus estudos, oferecendo recursos como celulares e computadores para que melhore na comunicação entre as pessoas, nas informações, nas pesquisas para trabalhos escolares, nas disponibilizações de conteúdos e várias outras utilidades buscando uma aprendizagem de qualidade.

Todavia, isso se torna inconcebível tendo em vista a pandemia da COVID-19, no momento todas as escolas estão fechadas ou funcionando parcialmente com rodízios e turmas reduzidas, com este fato torna um problema bem antigo tão pertinente no momento: a exclusão escolar/digital, uma em consequência da outra, pois em nenhum outro momento estiveram tão entrelaçadas como nos dias atuais.

Teria de ser disponibilizados monitores com treinamentos para aqueles alunos que tem difícil acesso, contando ainda com uma internet de qualidade já que em alguns lugares encontra-se precária com baixa velocidade, visto que muitos moram na comunidade rural e essa área tem um índice muito baixo quando se trata de conectividade. Silva ressalta que:

Os dados mostram como uma parcela da população é privada de utilizar a rede mundial de computadores, por não possuir condições de acesso a equipamentos e conectividade. Essa nova privação ganha maior visibilidade quando se compara com outras desigualdades presente na sociedade, como renda, gênero ou diferenças regionais, configurando-se como uma interface atualizada da desigualdade social. (SILVA, 2018)

Houveram mudanças ao longo do tempo tanto sociais como tecnológicas, possíveis de notar através do modo de pensar, de se relacionar, de agir, de se comunicar, de adquirir conhecimentos. E com o avanço das tecnologias acaba por modificar a cultura por meio das alterações de comportamentos. Dessa forma, esse novo cenário social das tecnologias, Lemos (2010) nos insere no contexto da cibercultura entendida como:

[...] a cibercultura vai se caracterizar pela formação de uma sociedade estruturada através de uma conectividade telemática generalizada, ampliando o potencial comunicativo, proporcionando a troca de informação sob as mais diversas formas, fomentando agregações sociais.

Este avanço tecnológico e a cibercultura ao qual se encontra o país foi crucial para o desenvolvimento nacional num momento pandêmico em que se encontra em diversos âmbitos sociais, ou seja, graças à internet o Brasil não parou de vez, escolas, empresas de grande a

pequeno porte, instituições de ensino superior, dentre outros. Aconteceu esse escape, digamos assim, da pandemia do novo Corona Vírus que afetou principalmente a economia e a educação.

Todavia, a inclusão digital que, apesar do avanço ainda estava longe de alcançar toda sociedade, não mudou com a chegada da COVID-19, trouxe à tona a realidade da exclusão digital e piorou a exclusão social, já que os excluídos do mundo digital conseguiam essa relação social presencialmente em contato direto com as pessoas, com a pandemia aconteceu a exclusão total dessas pessoas por não terem acesso nenhum a quaisquer meios tecnológicos.

A internet, segundo Castells (2003), é considerada atualmente o maior mecanismo tecnológico dos últimos anos em decorrência da sua capacidade de alcance e principalmente na sua habilidade de conexão com pessoas nas mais variadas ocasiões por todo o mundo. Porém, as minorias sociais que vivem à margem da sociedade sequer têm todos os meios para sobrevivência que dirá acesso à internet. Delimitando então o acesso.

Infelizmente as escolas públicas brasileiras estão passando por essa experiência de impotência quanto ao ensino à distância de maneira remota, já que a internet não está ao alcance de todos os alunos da rede regular de ensino, acarretando ineficácia no processo de ensino-aprendizado, pois este ensino está sendo feito através de blocos de atividades impressos, muitas vezes não adaptados para as necessidades específicas de cada aluno como seria presencialmente ou virtual por meio da internet.

No entanto, não quer dizer que as aulas remotas são de total eficácia, porém seria mais recomendado como paliativo para o meio educacional, pois nada jamais substituirá e/ou se comparará ao ensino presencial, este é insubstituível, já que a troca de conhecimentos necessária para um processo de ensino-aprendizado de qualidade é imprescindível esse contato que só é possível presencialmente.

Na era da Internet, o Governo deve promover a universalização do acesso e o uso crescente dos meios eletrônicos de informação para gerar uma administração eficiente e transparente em todos os níveis. A criação e manutenção de serviços equitativos e universais de atendimento ao cidadão contam-se entre as iniciativas prioritárias da ação pública. Ao mesmo tempo, cabe ao sistema político promover políticas de inclusão social, para que o salto tecnológico tenha paralelo quantitativo e qualitativo nas dimensões humana, ética e econômica. A chamada “alfabetização digital” é elemento-chave nesse quadro. (TAKARASHI, 2000)

Lévy (1999) afirma que “[...] em algumas dezenas de anos, o ciberespaço, suas comunidades virtuais, suas reservas de imagem, suas simulações interativas, sua irresistível proliferação de textos e de signos, será o mediador essencial da inteligência coletiva da humanidade”. É dever da educação promover essa inclusão de maneira consciente e responsável, usar esse ciberespaço para promover a troca de conhecimentos e não pelo mero entretenimento, ir além buscando sempre uma aliança.

Infelizmente, ainda existem professores com dificuldades de adaptar os novos meios de aprendizagem em sala de aula. Cada docente deveria encontrar a melhor maneira de inserir esses métodos com base naquilo que está sendo disponibilizado para que seja ampliada e organizada a comunicação entre seus alunos.

O docente como um dos principais mediadores do conhecimento deve a cada dia adicionar em suas estratégias de ensino, meios de gerenciar o uso dessas plataformas e analisar como ela poderá ser significativa na orientação e aprendizado de seus educandos.

Fazer com que os alunos dominem as ferramentas da WEB, que aprendam a navegar e que todos tenham seu endereço eletrônico e faça uso dele, enviando e recebendo mensagem. Se houver interação real na sala de aula provavelmente haverá na virtual. Uma parte das aulas pode ser transformada em processos contínuos de informação, comunicação e de pesquisa, momento em que se constrói o conhecimento. (CARMO, 2011, p. 1).

O ensino ligado a tecnologia, sem dúvidas auxiliará na construção de conhecimento nas pesquisas dos alunos. Esse estímulo pedagógico fará com que os discentes participem dessa construção, tornando-os não apenas um receptor, mas também produtor do conhecimento, participando ativamente no desenvolvimento de seu ensino aprendido.

Todavia, isso só se aplica a quem tem acesso aos aparelhos tecnológicos, o que não é o caso de vários alunos da rede pública de ensino, ele dependerá sempre do espaço escolar para esse acesso que se torna inviável tendo em vista que todas as escolas estão fechadas no momento. Mesmo com o empenho e preparação do professor, não tem como ele operar o milagre de garantir que todos tenham acesso à tecnologia.

Em se tratando de educação, especificamente, na rede pública os desafios se abrangeram no último ano e meio, que é o tempo em que se enfrenta a pior pandemia e, para o enfrentamento da desigualdade e a promoção do bem-estar de todos, a educação ainda é o melhor caminho, mas para que isso ocorra de fato é preciso acompanhar os desenvolvimentos que acontecem num ritmo acelerado, em quanto a educação está se adequando a essa nova realidade em passos lentos, Takarashi (2000) diz ainda que:

O conhecimento tornou-se, hoje mais do que no passado, um dos principais fatores de superação de desigualdades, de agregação de valor, criação de emprego qualificado e de propagação do bem-estar. A nova situação tem reflexos no sistema econômico e político. A soberania e a autonomia dos países passam mundialmente por uma nova leitura, e sua manutenção - que é essencial - depende nitidamente do conhecimento, da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico. (TAKARASHI, 2000)

Alguns autores consideram o termo *exclusão* inadequado ou até mesmo inexistente. Martins (1997), acredita que a exclusão não existe, de fato, que o que é chamado de exclusão na verdade é o oposto. É tachado de exclusão aquilo que estabelece o grupo das dificuldades, das maneiras e dos impedimentos de uma precariedade e instabilidade na inclusão, limítrofe.

Entretanto, exclusão é o resultado e/ou consequência do que que o autor ressalta tão acertadamente, as dificuldades existem e se agravaram mais recentemente, pois agora foi colocado a prova sua eficácia na prática e no uso das ferramentas digitais, melhor dizendo, o não uso, já que acesso não é garantido à toda sociedade. Logo, a exclusão existe e se concretiza com esses fatos.

2.2 Metodologia

Com base nos tipos de conhecimento, o saber científico trabalha com dados comprovados e possui diversos encaminhamentos metodológicos para ser praticado. Sendo os principais: Quantitativo, baseia-se em valores numéricos. Qualitativo, prioriza sensação e percepção sobre o objeto pesquisando. Descritivo, visa descrever de forma minuciosa a coleta de dados e os resultados obtidos. Por fim a de campo, em que o pesquisador vai de encontro presencial ao objeto de estudo. Por isso os procedimentos metodológicos efetuados para desencadear respostas para o problema central estão ligados com os tipos de pesquisas bibliográficas e revisão de literatura. De acordo com Bufrem;

Fazer pesquisa é um caminhar intencional que permite a visão de muitas estradas e rumos. Impõe-se o reconhecimento desses caminhos, intenção que justifica a recorrência ao testemunho daqueles com quem caminhamos e dos quais usufruímos saberes, procurando fundamentar teoricamente nossas experiências. Isso porque o caminho não é um andar às cegas e a trajetória da pesquisa não se faz por ensaio e erro. (BUFREM, 2011, p.5).

A metodologia utilizada nesse artigo é a teórico-bibliográfica desenvolvido a partir de análises de artigos e pesquisas nacionais sobre inclusão escolar e exclusão digital na atualidade, suas relações com a educação e a sociedade. Primeiramente foi feito as seleções dos artigos que abordavam a inclusão escolar, artigos que falam sobre internet, tecnologia e outros que tratavam da inclusão/exclusão digital, foi usado também a Constituição Federal de 1988.

2.3 Resultados e discussão

Quando se fala em educação inclusiva há uma resistência em acreditar em sua funcionalidade tanto por parte dos docentes quanto da população em geral, pois estes veem e participam desta realidade e viram muitos projetos que não obtiveram resultados positivos, principalmente com alunos deficientes.

Nunca esteve tão visível o quão frágil é a inclusão escolar quanto no momento atual, pois foi colocado a prova todo o sistema educacional brasileiro e adivinha onde foi sentido o impacto com mais agressividade? Sim, na rede regular do ensino público, onde os mais afetados foram as minorias sociais, principalmente, os deficientes, pois para as particularidades de cada um não se pode mandar para cada residência uma sala de recursos e/ou um cuidador.

Contudo, para as minorias sociais, como povos quilombolas e de baixa renda, o problema está na falta de acesso a mídias digitais, aparelhos tecnológicos e internet, pois para

possibilitar que todos tenham acesso as aulas online e a pesquisas para a resolução das atividades impressas que recebem, faz-se necessário. Todavia, para que isso aconteça de fato, necessitaria que criassem projetos para disponibilizar esses recursos e/ou aplicasse as Políticas Públicas.

Acredita-se que as tecnologias podem conceder uma democratização, visando o aumento da inclusão social. Porém, sabemos que a realidade é totalmente diferente, porque a exclusão digital no Brasil é um problema tanto social como político e isso acontece por conta da infeliz distribuição das rendas em nosso país.

Nesse sentido, para que esse aumento da democratização e da inclusão digital de fato acontecesse, deveria existir políticas publicas a fim de impulsionar e promover oportunidades a população, incluindo os indivíduos de baixa renda, baixa escolaridade, idosos e cidadãos com limitações físicas. Isso significa que a informática é muito importante no processo educacional, pois facilitará nas pesquisas e auxilia as pessoas no desenvolvimento de seus serviços.

O fato é que a exclusão digital pode estimular e até mesmo ser influenciada pela exclusão social. Provavelmente seja esse o motivo que está se falando tanto a respeito desses acontecimentos e é por isso que as pessoas precisam reconhecer o quanto o uso da tecnologia é significativo e que podem auxiliá-las em suas atividades diárias no presente momento.

Na sociedade em que vivemos é preciso que os cidadãos tenham acesso e façam uso desses aparelhos tecnológicos como uma forma de se desenvolverem na comunidade. Com base nessas informações, percebe-se que a educação é um dos meios mais importantes para a inclusão digital e deverá fazer parte do desempenho na formação dos educandos para promover uma educação continuada. Isso acontece não apenas fornecendo esses aparelhos, mas ensinando os alunos a forma adequada dessa utilização.

Quando pensamos nesse aproveitamento da informática no âmbito educacional sabemos que estão ligadas também aos aspectos pedagógicos. Ou seja, através desse processo é possível desenvolver a inteligência dos que a utilizam, ajudando-as a resolver as situações consideradas as mais complexas.

3. CONCLUSÃO

Portanto, se faz cada mais necessário um olhar mais atento para as leis e fazer valer os direitos humanos, pois a exclusão escolar é inconstitucional e por vezes virá maquiada de inclusão e igualdade, será preciso atentar-se para entender que incluir nem sempre é dar a igualdade, já que essa, sem a equidade não acontece de verdade, porque para que isso realmente aconteça as oportunidades devem ser adequadas as necessidades particulares dos indivíduos.

O aluno matriculado não necessariamente está incluído na educação, inclusão não significa aderir o aluno deficiente à escola e sim adaptar o espaço escolar, as ferramentas de ensino e

investir em especialização para os profissionais docentes, ou seja, a verdadeira inclusão só acontecerá quando todos os alunos estiverem construindo conhecimentos juntos, aprendendo sobre o mesmo conteúdo de forma igualitária, quando todos se sentirem acolhidos pelo ambiente escolar.

Vale salientar que o ensino de qualidade é aquele em que proporciona uma experiência educacional única e completa para todos sem exceções. Deve-se ter clareza que incluir no âmbito escolar aquelas pessoas que há muito tempo está excluída do contexto social, requer muito mais do que apenas proporcionar-lhe o mesmo espaço físico.

Uma escola realmente inclusiva é aquela que consegue respeitar e aceitar a diversidade do aluno lhe oferecendo e garantindo uma aprendizagem significativa e um melhoramento no seu desenvolvimento. Tendo em vista uma das principais funções da escola é ensinar, e propiciar a todos os seus discentes a oportunidade de aprender, contribuindo para o desenvolvimento do aluno sem deficiência, daqueles que tem necessidades educativas especiais e também daqueles que são minorias.

Atualmente o meio educacional juntamente com a sociedade está cada vez mais em constante processo de adaptação ao meio tecnológico. Hoje, com esses avanços digitais, as pessoas acabam tendo uma comunicação melhor, esse acesso à tecnologia por meio das ferramentas digitais está cada vez mais crescente no cotidiano de muitas pessoas.

Diante dessas novas experiências e adaptações é notório a necessidade da inclusão digital na educação, pois além do meio acadêmico ela também amplia mecanismos de intelectualidade coletiva que proporciona juntar as comunidades, e achar maneiras pelas qual adequem ao desenvolvimento social, cultural e econômico.

A pandemia da COVID-19 reafirmou a importância da inclusão digital para a sociedade e conseqüentemente para escola também, pois foram todos forçados a trazer a tecnologia, meios digitais e a internet para o cotidiano das famílias brasileiras, o que acabou dificultando o processo que já não era tão fácil ou eficaz, a inclusão escolar, já que as escolas ficaram reféns da tecnologia e mídias digitais. Nunca foi tão imprescindível essa aliança educação/tecnologia, pois é percebido que é uma realidade, tendo em vista a constante evolução em ambos os âmbitos.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. R.; BEYER, H. O. Inclusão e Escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre. Mediação, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Rio de Janeiro: Degrau Cultural, 1988.

BRASÍLIA, 1988. _____. Declaração de **Salamanca** e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, **1994**.

BUFREM, L. S. Questões de metodologia - parte 1. AtoZ : **Novas Práticas em Informação e Conhecimento**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 4-10, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 28 jul. 2013.

CAMACHO, O. T. **Atenção a Diversidade e Educação Especial**. In: STOBAUS, C. D.

CARMO, J. G. B. As novas tecnologias e uma visão inovadora na educação. In. **Educação e Literatura**. 2002. Disponível em: <http://paginas.terra.com.br/educação/josué/indez%2051.htm>. Acesso em 25 de agosto de 2011.

CASTELLS, M. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

FALCION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações**. [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2012.

LEMOS, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura. Porto Alegre, RS: Sulina, 2010.

MARON, J. M. **Ensino e aprendizagem inovadoras com tecnologias**. Revista Ciência da informação: teoria e prática. V.3, n1, set, 2000. Porto Alegre, 2000.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo, SP: Paulus, 1997.

SÁNCHEZ, P. A. **A educação inclusiva**: um meio de construir escolas para todos os no século XXI. BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Inclusão: Revista da Educação Especial. Ano I. nº 01. Outubro/2005. Brasília: MEC/SEESP.

SILVA, M. A. R. **Inclusão digital nas escolas públicas** [recurso eletrônico]: o uso pedagógico dos computadores e o PROINFO Natal /RN/ Maria Aparecida Ramos da Silva. –Natal, RN: EDUFRN, 2018.

TAKAHASHI, T. (Org.) **Sociedade da informação no Brasil**: Livro Verde. Brasília: MCT, 2000. 195p.